
A imprensa e a criação do ensino municipal na cidade de São Paulo: entre a opinião e a informação (1956)

The press and the creation of municipal education in the city of São Paulo: between opinion and information (1956)

Samir Ahmad dos Santos Mustapha*
Mauro Castilho Gonçalves**

Resumo: Criado em 1956, o ensino primário na cidade de São Paulo foi resultado de um intenso conflito entre a prefeitura e o governo do estado. Diferentes interpretações e posicionamentos sobre a questão pautaram a imprensa periódica, que circulou pela cidade durante boa parte da década de 1950. A pesquisa analisou jornais que circularam entre os letrados paulistas, a fim de compreender as

Abstract: Created in 1956, the primary education in São Paulo was the result of an intense conflict between city hall and the state government. Different interpretations and positions on the issue were the main subject of the newspapers that circulated throughout the city during much of the 1950s. This research analyzed the newspapers published among the literate of São Paulo, in order to understand the articulations between

* Doutor pelo programa Educação: História, Política, Sociedade na Pontifícia Universidade Católica- SP (2019), na linha de pesquisa: Educação Brasileira: Produção, Circulação e Apropriação Cultural. Participa como pesquisador no Grupo de Pesquisa: História das Instituições e dos Intelectuais da Educação Brasileira e do projeto de pesquisa coletivo: História das Instituições Educacionais: intelectuais, políticas e práticas. Atualmente trabalha no Núcleo Técnico de Currículo, da Coordenadoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME). *E-mail:* mustapha.samir@hotmail.com

** Mestre em Educação: História e Filosofia da Educação (PUC-SP/1997). Doutor em Educação: História, Política, Sociedade (PUC-SP/2003). Concluiu o pós-doutoramento na Universidade de Lisboa, Portugal (2015). Professor Assistente III na Universidade de Taubaté. Atua como docente e pesquisador no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUC-SP. Integra o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade de Taubaté. É líder do Grupo de Pesquisa História das Instituições e dos Intelectuais da Educação Brasileira. Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação e da Associação Nacional de História. *E-mail:* mauro_castilho@uol.com.br

articulações entre opinião e informação, cotejando o debate sobre o tema. Fundamentado nas contribuições da História da Imprensa e de suas relações com o campo educacional, o artigo congrega e analisa matérias, textos opinativos e notícias sobre a emergência do ensino municipal na cidade, e o impacto que gerou entre os grupos que dominavam a política local e estadual.

opinion and information, collating the debate on the subject. Based on the contributions of the History of the Press and its relations with the educational field, the article gathers and analyzes articles, opinion pieces and news about the emergence of municipal education in the city and the impact it generated between the groups that dominated local and state politics.

Palavras-chave: O Estado de S. Paulo (jornal). Ensino Primário municipal. Imprensa paulistana.

Keywords: O Estado de S. Paulo (newspaper). Municipal Primary education. São Paulo press.

Introdução

Na grande imprensa, o fazer jornalístico tem, historicamente, o espaço opinativo alargado para as páginas de notícias, dentro das conveniências da publicação. Dentro da dinâmica de um jornal, a construção do alinhamento do programa editorial e a elaboração do pensamento produzido pelos jornalistas nos excertos noticiosos, veiculados ao longo das páginas do jornal, constituem a sua atuação nestes veículos de comunicação como sujeito histórico na sociedade, de acordo com a circunstância política que constitui a atuação. Assim, a opinião e a informação construídas são circunstâncias dos fatos históricos.

A imprensa tem suas estratégias de veiculação, representando um sentimento político retratado na página oficial. No entanto, a dinâmica do jornal favorece que, dentro de uma equipe consolidada de profissionais, exista também margem para outras impressões, fruto dos quadros que compõem a equipe ou, ainda, o reforço com outras estratégias da essência do pensamento dos donos do veículo.

A transitoriedade das notícias diárias leva alguns fatos ao esquecimento ou pouco se observam as estratégias de veiculação, que podem ser manipuladas por um viés dos interesses da corporação jornalística.

O jornal não é uma fonte por natureza, torna-se um documento histórico. É um portador de informação e um ambiente de atuação política, sujeito de ação em seu meio. Por esse motivo, considerou-se

plausível analisar seus elementos veiculados em diferentes seções. Fugindo de abordagens fragmentadas, como sugere Cruz e Peixoto:

Uma primeira lembrança é que não é possível lidar com qualquer fragmento de um veículo da imprensa – um editorial, notícias esparsas reunidas em pasta na hemeroteca, cartas aos leitores – sem o reinserir no projeto editorial no interior do qual se articula, ou seja, sem remetê-lo ao jornal ou à revista que o publicou numa determinada conjuntura. Qualquer que seja nosso caminho de aproximação com jornais e revistas em suas diferentes formas históricas, não se pode esquecer que o objetivo de nossa leitura e análise é a de indagar sobre a configuração de seu projeto editorial, desvendando sua historicidade e intencionalidade. É imperativo, portanto, transformá-los em fonte. Assim, nossas perguntas iniciais e centrais são relativas a como determinada publicação se constitui com força histórica ativa naquele momento, isto é, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição? (2007, p. 260).

Existe, dentro da dinâmica de uma publicação, a construção do alinhamento do programa editorial e a elaboração do pensamento produzido pelos jornalistas nos excertos noticiosos, veiculados ao longo das páginas de jornal, de acordo com a circunstância política que constitui a atuação da imprensa, enquanto sujeito histórico em ação na sociedade.

Os diversificados jornais de São Paulo tinham abordagens e estratégias diferentes, com equilíbrio variado entre opinião e informação nos impressos. A linha editorial, a atuação dos jornalistas, o núcleo de colaboradores e cronistas, que produziram fatos, direcionaram de maneira distinta o ideário educacional nas páginas do órgão de imprensa. Ou seja, uma análise pode ir além do pensamento oficial do jornal, pois

[...] prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhar universais. Convém lembrar que não adianta simplesmente apontar que a imprensa e as mídias têm uma opinião, mas que em sua atuação delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258).

Analisando diferentes jornais na década de 1950, periódicos com distintas influências e distintos públicos leitores, bem como diferentes matrizes políticas, a polarização do jornalismo opinativo abarcando o noticiário, que, por natureza, deveria ser impessoal e factível, se observa patente em um tema educacional que dividiria as opiniões das grandes publicações.

O fato da criação do ensino municipal paulistano traria a discussão pedagógica para o campo político em um momento histórico em que cargo na Prefeitura de São Paulo ganharia importância com as eleições diretas para o Executivo.

Neste período, a emergência de quadros políticos considerados populistas traria à pauta jornalística a atuação e avaliação destes sujeitos históricos. A relação pública tomada por esses agentes políticos geraria uma cisão no tratamento jornalístico das ações nos cargos públicos. A educação ganharia destaque na década de 1950, como instrumento de promoção de políticas públicas, bem como demanda das classes populares e expansão nesse período, que contaria também com a configuração de novos bairros, nas periferias de São Paulo.

Spósito (1984, p. 215) evidencia que, nesse contexto histórico, os candidatos às eleições sabiam do problema da falta de escolas primárias e reconheciam a sensibilidade do tema. Por esse motivo, tratavam de conseguir a instalação imediata de galpões e construções de prédios em bairros, que já haviam solicitado unidades escolares por meio de movimentos organizados, como as Associações de Bairros. Com essas medidas, os políticos procuravam conquistar o apoio popular e manter bases importantes de sustentação eleitoral. Segundo a autora, a disputa pelo voto popular seria acirrada entre as lideranças consideradas populistas que atuavam em São Paulo, e o ponto culminante seria a criação do Ensino Primário municipal em 1956.

Segundo a autora, os debates em torno da viabilidade ou da conveniência do projeto de municipalização atingiriam diversos setores, como órgãos de educação ligados à Prefeitura e ao poder estadual, à imprensa, aos educadores e movimentos de bairro, pois a formação de sistemas de ensino, mantidos pelos municípios, era defendida há algumas décadas por vários intelectuais.

O assunto ganharia evidência nos jornais, diante da demanda de crianças sem vagas em escolas e as grandes filas nas matrículas em escolas improvisadas na periferia. Até 1956, a Prefeitura e o Governo do Estado

de São Paulo atuavam em parceria na criação de escolas, por meio de convênios firmados entre os órgãos públicos, rompidos com a criação das primeiras escolas municipais primárias.

Para Mascaro (1960), o principal entrave seria a eleição direta para prefeito, cessando o regime de nomeação então vigente. Assim, o entrosamento entre Estado e Prefeitura seria interrompido ao longo da década. Na administração do novo prefeito – Jânio Quadros –, em 1953, surgiriam as primeiras divergências e desacordos entre as partes. A autonomia local resultaria em interesses da municipalidade até então não predominantes.

Em janeiro de 1955, Jânio Quadros foi eleito governador do estado, abdicando do cargo municipal. Para o município, outro prefeito seria sagrado nas urnas em abril do mesmo ano – Juvenal Lino de Mattos (PSP). As alterações não viriam a mudar a situação, ao contrário, o conflito seria atenuado.

Com a nova conjuntura política, seria promulgada a Lei n. 4.850, dispondo a aplicação de verbas municipais para o ensino, passando então, após o período eleitoral, um momento de conflito político que se apresentaria na opinião pública, presidido por clientelas eleitorais, em decorrência dos aplausos que poderiam suscitar dos grupos partidários, e em que seriam deixados de lado os servidores públicos da Comissão, comprometidos com a situação educacional.

Um desentendimento no grupo escolar Julio Pestana, no bairro do Jaçanã, seria o estopim para a criação do primeiro grupo escolar municipal na capital, localizado no distrito do Tucuruvi, como apresenta Romero (2016). Ao mesmo tempo, o prefeito usaria a tribuna da imprensa para anunciar que o município criaria escolas nos bairros, que se fizessem necessárias, garantindo matrícula de todas as crianças que precisassem.

Em março de 1956, com a renúncia de Lino de Mattos do cargo de prefeito, retornando ao mandato de senador, ascenderia ao posto o substituto legal, o vice-prefeito, Wladimir Toledo Piza. O político passaria a seguir a mesma orientação de seu antecessor, no tocante ao conflito com o Estado, em torno do ensino na Capital.

Mascaro, crítico ao caminho de criação de escolas primárias e declínio do convênio, reprovava a atuação da imprensa pelos levantamentos demográficos imprecisos em seus noticiários sobre a falta de vagas na educação, criando a alarma que beneficiaria a atuação da prefeitura, na criação de escolas:

Ante a grita popular, e a celeuma da imprensa, a saída encontrada é a do aluguel de salas, a da aceitação das ofertas de instalações particulares, e do levantamento de galpões, a da criação de classes de emergência. Mas embora haja críticas generalizadas e as autoridades responsáveis lamentem, o recurso fácil para qual o Estado apela é o da instituição de um quarto período em maior número de grupos escolares na Capital, medida que o Secretário da Educação reconhece como um mal, mas o considera menor que o da superlotação das classes ou a recusa da admissão dos candidatos excedentes. Enquanto não houver edifícios suficientes, e a explicação, o governo julga de seu dever tratar da solução quantitativa, matriculando de qualquer modo quantos alunos pudesse, esquecendo-se do seu dever de criar e fazer funcionarem, na Capital, boas escolas (MASCARO, 1960, p. 123).

O autor afirmaria também ser raro o dia em que a imprensa não abordava a questão e não incentivava a mistura de problemas do ensino com disputas de caráter nitidamente político-partidário. Por fim, o ponto essencial na criação do Ensino Primário municipal em larga escala seria a indicação de Henrique Richetti para o cargo de secretário:

Municipalizar o ensino primário seria a solução. É nomeado Secretário da Educação e Cultura do Município um professor primário, ex-deputado estadual e delegado de ensino aposentado, com toda sua carreira feita no ensino estadual e que se tornara municipalista ardoroso. Para melhor justificar o acerto da nova diretriz lembravam os seus preconizadores e defensores as vinculações dessa resolução com a de comum acordo aceita e constante do texto proposto na primeira redação do último convênio, no bojo da qual havia, em germe, o ensino primário municipal. [...] A partir dessa época, os acontecimentos se sucedem com tal rapidez que seria impossível contê-los ou desviá-los dos rumos pré-traçados (MASCARO, 1960, p. 124).

Apresentaremos a seguir o tratamento ao fato dado pelos principais jornais da cidade.

A criação do Ensino Primário municipal na cobertura da imprensa paulista

O ano de 1956 representa uma nova guinada na pauta educacional no jornalismo paulista. O processo de expansão da oferta de vagas, ou os

necessários improvisos para atendimento de novas demandas acarretaram um efervescente debate público dos temas educacionais e das ações das políticas públicas municipais e estaduais. Não por acaso, naquele mesmo ano, ganha corpo a criação do ensino municipal paulistano, a partir de conflitos dentro do cenário político.

Os jornais divulgariam, com grande alarde, o esboço de decreto submetido ao prefeito de registro e apresentação da instituição do “Sistema Escolar Municipal”. Mascaro dividiu a imprensa paulistana em dois grupos, aqueles entusiastas dos fatos e outro mais críticos ao surgimento do Ensino Primário municipal:

A posição adotada pelas autoridades municipais surpreende e movimentou grande número de interessados e o assunto se torna tema obrigatório na imprensa, dividindo desde logo as opiniões dos que sobre eles passam a se manifestar. O Correio Paulistano, Diário de São Paulo e Gazeta, tecem comentários encomiásticos, enquanto que as “Folhas” da Manhã e da Noite e “O Estado de São Paulo” criticam viva e vigorosamente a iniciativa municipal (MASCARO, 1960, p. 128).

A crise entre os poderes faria com que os jornais da capital atuassem de forma distinta dentro das circunstâncias e do posicionamento que teriam no tema. O jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP), crítico do caminho municipalista, teve em sua cobertura, desde então, um posicionamento de apoio ao governo do estado.

A mesma imprensa, descontente com os acontecimentos, não deixaria de explorar a forma tais como: foi idealizada a municipalização e os problemas detectados na cidade, tais como: retirada de alunos das escolas estaduais; concorrência entre os dois sistemas; instalação de escolas em condições insalubres e não convenientes, do ponto de vista higiênico e pedagógico, além dos contratos improvisados com professores, muitos sem diploma e desempregados, e outros tantos que acumulariam cargo no sistema estadual. Os problemas seriam apresentados pelos opositores do regime instalado pela Prefeitura, já no final de 1956.

Em pesquisa sobre o jornal *O Estado de S. Paulo*, Mustapha (2019) apresenta que o matutino utilizaria diferentes espaços da publicação para tratar do tema da criação do ensino municipal, em especial as seções *Instrução Pública e Educação* e *Notícias Diversas*, mas também apresentaria, de forma opinativa, em suas notícias e no seu editorial, na seção *Notas e Informações*.

Sobre o jornal *O Estado de S. Paulo*, foi encontrada na historiografia importante produção que dedica suas análises ao estudo do “pensamento” e da atuação política e educacional do órgão de imprensa, com um projeto nacional definido em sua ação. Destacamos, em especial os trabalhos de Capelato e Prado (1980); Capelato (1989); Cardoso (1982); Larizzatti (1999); Carvalho (2003) e Bontempi Junior (2015).

O trabalho com as fontes, somado ao estudo de pesquisas que abordaram o jornal, permitiram detectar novas possibilidades de estudo no tema, como o acompanhamento dos fatos apresentados de forma contínua nas opiniões e informações publicadas.

Dessa forma, procurou-se apresentar as variações da cobertura jornalística ao longo da década de 1950, em seus diversificados cadernos e espaços de publicação opinativos e informativos em sua estrutura e a extensão do pensamento oficial na editoria e outras abordagens, dentro da dinâmica das notícias publicadas de forma selecionada pela redação do jornal.

A sequência dos fatos teria cobertura da publicação a partir do momento em que, no âmbito estadual, o governador Jânio Quadros entregaria a pasta da Educação para um quadro político da UDN (União Democrática Nacional), partido com vinculação próxima ao jornal. Nesse clima político, o jornal se colocaria favorável às ações do novo secretário estadual, Vicente de Paula Lima, e ajudaria a constituir uma polarização com a prefeitura, diante dos fatos que resultariam na municipalização do ensino.

O matutino, dirigido por Júlio de Mesquita Filho, destacaria o caso do Grupo Escolar Júlio Pestana, no bairro do Jaçanã, que culminaria no conflito que geraria a municipalização da educação em São Paulo. Segundo o jornal, uma numerosa comissão de moradores do distrito esteve no gabinete do governador do estado, a fim de protestar contra a municipalidade que havia retirado o material escolar do Grupo.

A polêmica teria continuidade com carta enviada pelo prefeito ao chefe do Executivo estadual. O então prefeito Lino de Mattos alegou no documento não ser verdade que a Prefeitura se recusara a entregar cerca de 80 galpões e 12 grupos escolares ao governo do estado. Disse o prefeito que o estado se recusou a receber os referidos estabelecimentos de ensino, não comparecendo na posse, e que a Prefeitura, paulatinamente iria tomar conta do ensino primário na capital.

O fato irreversível teria sua consumação no dia 2 de agosto de 1956, com a assinatura do Decreto n. 3.185, que criaria oficialmente os dispositivos para a consolidação do ensino municipal da capital paulista.

O OESP deu cobertura discreta ao emblemático evento de oficialização do ensino primário municipal. Em uma pequena nota, na edição do dia 3 de agosto de 1956, o jornal comunicava: “Assinado o decreto criando o ensino primário municipal”, sem dar nome às autoridades presentes, apenas informara que seria inaugurado no dia 25 de janeiro de 1957 e que o plano consistia em inaugurar 30 grupos escolares financiados pela Prefeitura. Ou seja, minimizaria o fato político, visto como uma ação demagógica que seria pouco exitosa.

Comparado aos demais jornais da capital paulista, é evidente o pouco caso da cobertura do OESP para o fato. A pouca atenção ao fato deve-se à sua oposição ao governo municipal de Wladimir de Toledo Piza, por ser aliado do secretário estadual udenista e por defender a manutenção da educação pública centralizada pelo governo do Estado de São Paulo, o jornal diminuiu o fato histórico em suas páginas.

Por sua vez, as Folhas (*Folha da Manhã* e *Folha da Noite*) também tiveram um posicionamento crítico ao Ensino Primário municipal, lançando diferentes editoriais contrários à proposta. Mas, no lançamento do novo Sistema de Ensino Primário, deram destaque ao fato em suas páginas.

O jornal *Correio Paulistano* não se posicionou oficialmente sobre o tema, mas deu espaço ao jornalista Mário Pinto Serva, que escreveu artigos defendendo a proposta municipal. Também daria destaque ao lançamento do plano da prefeitura.

O jornal que traria maior evidência ao surgimento do ensino municipal seria o *Diário de S. Paulo*. O tratamento ao tema seria desenvolvido, em especial, na seção Educação e Ensino, assinada pelo jornalista e educador Elisiário Rodrigues de Sousa. O intelectual seria importante figura a favor da municipalização em seus escritos, atuando também na Secretaria Municipal de Educação, no Centro do Professorado Paulista e na diretoria da Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo (APESNOESP).

Não por acaso, o jornal traria o debate em suas páginas muito antes da efetivação do Decreto assinado em agosto de 1956. Já no dia 4 de fevereiro de 1956, dentro da polêmica envolvendo o então prefeito Lino

de Mattos e o governador Jânio Quadros, na entrega de prédios escolares do Convênio Escolar, em artigo intitulado “Preocupemo-nos com os interesses da criança”, Elisiário escreveria que dois episódios indicavam que o ensino primário não caminhava bem. O primeiro seria a ausência de um representante da Secretaria da Educação em solenidade em que seriam assinados termos de cessão de prédios construídos pelo município e destinados a servir às escolas estaduais na capital. Já o outro problema seria a nota distribuída à imprensa pela mesma secretaria.

No dia 11 de julho de 1956, Elisiário Rodrigues de Sousa publicaria o artigo “O ensino primário na capital”. No texto, o autor afirmaria ser louvável que as duas autoridades, o secretário estadual e o municipal, estivessem preocupadas com o Ensino Primário e que as medidas tomadas nos últimos tempos, como a criação de quatro turnos escolares, foram emergências necessárias para sanar o déficit de vagas. Defende, então, a atuação da prefeitura e seus novos passos a serem tomados.

O autor defenderia o projeto de municipalização e, ainda, credenciar o secretário de Educação e Cultura, Henrique Richetti, como homem de vasta experiência.

A edição do dia 3 de agosto de 1956 traria com grande destaque o lançamento oficial do ensino municipal, com matéria sobre o tema e texto de Elisiário Rodrigues de Sousa, intitulado “Instituído o Ensino Primário Municipal”, detalhando a medida do governo.

Outro jornal da capital, o *Última Hora*, começaria a ser publicado em São Paulo em 1952, e, com uma linguagem popular, apresentaria cadernos de cultura e de esporte, além de notícias consideradas sensacionalistas, como reportagens com linguagem simples. Uma marca presente da publicação, criada pelo jornalista Samuel Wainer, era sua posição política favorável ao getulismo e aos governos trabalhistas, destoando das demais publicações paulistas no período. Assim, o jornal conquistaria grande público pela sua linguagem, pelos temas tratados e, além disso, por se colocar nas reportagens, no lugar do povo.

Sobre a oficialização do Ensino Primário municipal, o jornal não opinaria em seu editorial sobre o fato. Mesmo tendo o prefeito, Wladimir de Toledo Piza como um quadro do PTB paulista, próximo ao jornal, *Última Hora* apresentaria os fatos de maneira formal, detalhando as informações, mas não apresentando como um grande feito, como fariam outros impressos.

O jornal daria grande espaço ao tema na seção “O dia do prefeito”, apresentando ações do Executivo municipal. Nesse espaço, no dia 1º de agosto *Última Hora* informaria que, em solenidade na Biblioteca Municipal no dia seguinte, às 11 horas, o prefeito Wladimir Piza assinaria o decreto de instituição do Sistema de Ensino Primário municipal. No ato estariam presentes o secretário de Educação e Cultura, professor Henrique Richetti, autor do projeto, e os demais secretários municipais, autoridades civis, militares, eclesiásticas, deputados e vereadores, delegados regionais de ensino, inspetores, professores e convidados (ÚLTIMA HORA, 1º. ago. 1956, p. 5).

No dia seguinte, o jornal publicaria pequena nota do gabinete do prefeito, comunicando aos professores, interessados no provimento de escolas municipais, que aguardassem instruções que seriam publicadas nos próximos dias, após o lançamento oficial do Ensino Primário municipal.

Em 3 de agosto, após a grande oficialização, o jornal apresentaria nota em sua capa com a manchete: “Instituído o Ensino Primário Municipal”, e também matéria, com o mesmo título, dentro do caderno de notícias, na seção *O dia do Prefeito*, o jornal aprofundaria a informação.

O espaço dedicou-se a publicar o decreto do prefeito na íntegra, sem apresentar uma análise do ocorrido ou informações do evento de lançamento. A opção escolhida pelo jornal popular seria a de apresentar a nova possibilidade de oferta de ensino para a população, tendo um tom mais distanciado e informativo.

Em edições subsequentes, a publicação dedicaria seu espaço à prestação de serviço, apresentando comunicados da pasta de Educação sobre a necessidade de comparecimento dos professores interessados em abrirem salas de aulas em bairros da cidade.

A única reportagem que o jornal publicaria a respeito do tema seria dentro da polêmica entre estado e Prefeitura na disputa pela oferta de ensino. No dia 10 de agosto de 1956, *Última Hora* retrataria que “Milhares de escolares não chegam a pressentir o perigo de um colapso”, o jornal publicaria a manchete “Estado e Município disputam o direito de manter escolas”.

O jornal apresentaria uma foto de uma escola-galpão e na legenda informaria que:

Na capital paulista existem dezenas destes galpões de madeira, medida de emergência para possibilitar a matrícula de alguns milhares de crianças. Apesar das faltas lamentáveis existentes no ensino primário, apesar da falta de material didático, da inexistência de vagas, os poderes estadual e municipal disputam agora o direito de manter as escolas. (ÚLTIMA HORA, 10 ago. 1956, p. 6).

Assim, o jornal se posiciona contrário à disputa entre os poderes, sendo que o Ensino Primário vivia então em precariedade.

O jornal que desenvolveu maior destaque ao processo de municipalização foi *A Gazeta*, que garantiu uma página inteira de seu exemplar do dia 3 para a cerimônia de oficialização, com destaque à fala das autoridades.

O Vespertino destoaria da atuação de *O Estado de S. Paulo*, que seria o maior opositor da nova modalidade de ensino.

O jornal *O Estado de S. Paulo* na criação do Ensino Primário municipal

Apesar da oposição, o jornal dirigido por Júlio de Mesquita Filho, se dispôs a informar a divulgação do provimento das escolas municipais na seção *Instrução Pública e Educação*.

Já a seção *Notícias Diversas* assume um tom crítico ao processo de municipalização. No dia 4 de setembro de 1956, a coluna intitulada “Demagogia com o ensino”, ataca o prefeito da capital:

Fiel à sua incontida ambição, não perde o mínimo ensejo de aparecer aos olhos do público como administrador zeloso, que a tudo prevê e provê, onisciente e onipresente, nas mesmas condições do “super-homem” das histórias de quadrinhos (OESP, 4 set. 1956, p.14).

Segundo o artigo de opinião, a prefeitura começara a explorar o “filão do ensino primário”, mesmo sendo uma medida apressada, precária e em final de mandato. Segundo o jornal, as vítimas seriam os alunos:

A vítima não chega a ser, como muitos supõe, o ensino primário. As vítimas serão as crianças e suas famílias. A municipalização da instrução

elementar, realizada assim de afogadilho, quase no fim do período letivo, é um absurdo que brada aos céus. Que se ensinará às crianças em tão curto espaço de tempo, quando a Prefeitura não tem sobre o assunto nenhuma organização, sendo obrigada a começar do princípio, recrutando professores, preparando as salas e fornecendo o material para o funcionamento das classes? (OESP, 4 set. 1956, p. 14).

O texto alegava que o estado, que contava com uma longa experiência, vinha falhando pela falta de prédios adequados. A Prefeitura, então, não teria condições de sanar o problema e teria uma ação aventureira, com interesses pessoais, em momento de proximidade da eleição:

Cento e quarenta classes nada resolvem. O “déficit” continua alarmante, apesar da solução adotada pelo Estado, do encurtamento do período das aulas. O secretário da Educação vem trabalhando para eliminá-lo, mas o caso é tão complexo que se arrasta lentamente, exigindo compreensão e paciência. E o Executivo estadual – note-se – tem atrás de si um corpo especializado, com longa prática de trabalhos dessa natureza, organizado há longos anos em forma de carreira... (OESP, 4 set. 1956, p. 14).

Para o jornal, o prefeito tentava, afoitamente, fortalecer sua popularidade, que estava fragilizada, além de desmoralizar a gestão estadual, transformando a ação municipal em um ato heroico a despeito do ensino fornecido pelo governador do estado:

Colocando média de trinta alunos em cada classe, terá mais de quatro mil famílias agradecidas, que poderão representar cerca de dez mil votos, sem despendio (sic) de numerário, uma vez que os gastos serão pagos pelos cofres da Prefeitura. Para isso já anunciou a criação de uma associação de pais e mestres. [...] Quer sonegar apoio ao Executivo estadual e aparecer perante os olhos da população, exatamente daquela mais sensível aos largos gestos de falsa generosidade como um verdadeiro salvador (OESP, 4 set. 1956, p. 14).

Segundo o OESP, caberia ao prefeito assinar o Convênio Escolar e cooperar com a ação equilibrada do secretário estadual, Vicente de Paula Lima, para a solução ser, paulatinamente, resolvida. Mas foi preferido o caminho da demagogia, como conclui o artigo em *Notícias Diversas*:

Segundo a etimologia da palavra, demagogo significa “condutor do povo”. Entre os gregos, demagogo designava primitivamente o chefe do partido popular. Hoje, porém, demagogo tem outra significação. A palavra se desfigurou e passou a representar o homem que, através da falsidade, explora a população mais necessitada, inocente e simples. Demagogo, por exemplo, é esse indivíduo que anda por aí, e que, para conquistar simpatias, não se peja de ser aproveitar até mesmo de crianças pobrezinhas, tão abandonadas que nem sequer têm escolas do ensino elementar (OESP, 4 set. 1956, p. 14).

É perceptível que o espaço da seção *Notícias Diversas* privilegiava seu posicionamento contrário à municipalização em argumentos políticos, como o combate ao “trabalhismo demagógico do prefeito”. Tendo complacência com as ações do governo estadual, que tinha na secretaria um político udenista, o jornal ignoraria as políticas públicas municipais por terem à frente políticos de posicionamento político contrário daquele do OESP. Na cobertura jornalística, teria pouco espaço para os possíveis benefícios da expansão do Ensino Primário com as construções escolares da Prefeitura.

No dia 16 de outubro, o jornal voltaria ao tema da municipalização em *Notícias Diversas*, com o texto intitulado “O Sacrifício do Ensino”. Neste, coloca a culpa da ambição do prefeito no “filão da falta de vagas no ensino primário”, na incompetência do governo do estado de acabar com o déficit e, à medida que as vagas do município da capital estariam sendo ampliadas com a instalação a cada mês de novas escolas municipais em decretos da autoridade municipal, surgiriam

[...] as escolas municipais na segunda metade do segundo semestre. Sem nenhuma organização, a Prefeitura atirou-se à aventura do ensino primário, improvisando salas de aulas, recrutando de qualquer modo as professoras, arrebanhando crianças de todas as idades, porque não tinha, como nunca teve, nenhum interesse na educação, mas apenas benefícios eleitorais que o prefeito poderá obter com semelhante atitude. Agora, em meados de outubro, criam-se mais duzentas classes, anunciando que até as vésperas da conclusão dos cursos chegará à casa dos mil (OESP, 16 out. 1956, p. 11).

Novamente o espaço opinativo afirmaria que as vítimas seriam as crianças e suas famílias, desviadas de um curso regular, com profissionais com experiência, para caírem no ensino improvisado.

O jornal afirmaria que estaria acontecendo uma desmoralização do ensino com a medida tomada a todo custo, para granjear prestígio eleitoral e lamentaria que, se o Estado tivesse atingido sua meta de sanar o déficit do ensino, não haveria espaço para o oportunismo da Prefeitura.

Por fim, também em 1956, em *Notícias Diversas*, o jornal publica o editorial intitulado “O carro adiante dos bois”, que apresenta a medida de desdobramento do Departamento de Educação, Assistência e Recreio, da Secretaria da Educação e Cultura da municipalidade. Segundo o artigo, a medida visava conseguir cabos para a campanha eleitoral que estava a começar, cooptando partidos políticos:

Como justificativa dessa providência de extrema importância, alega o prefeito que precisa regularizar a situação do professorado primário recrutado para levar adiante a sua derradeira aventura. Confesso, pois, implicitamente, por essa providência tardia, que não teve em mira o ensino das crianças da Capital, mas exatamente aquilo que transparece de outros seus atos, ou fazer propaganda política e infiltrar-se nos lares dos bairros da Cidade, para auferir vantagens eleitorais.

A verba imensa que pretende liberar, porém, não se destinará somente ao pagamento do professorado. Existem amigos dedicados que precisam ser premiados e, para eles, estão previstas remunerações que variam entre 16 e 20 mil cruzeiros, cabendo ao respectivo diretor vencimentos de 26 mil cruzeiros [...] (OESP, 11 nov. 1956, p. 20).

Para o jornal, as medidas traçadas pela prefeitura, que começaram com a criação de escolas de forma improvisada, chegaria ao seu desfecho com a criação de cargos políticos, onerando os cofres públicos com o sistema de ensino que estava se oficializando:

Entra assim na fase executiva organizada a ideia da municipalização do ensino primário. No começo foi tudo feito atabalhoadamente, aliciando-se alunos dos estabelecimentos do Estado para a formação de classes municipais. Na faina de conseguir número, muitas professoras trataram de matricular crianças que já frequentavam grupos escolares. [...] Serão criados os organismos superiores, destinados a disciplinar o ensino a ser ministrado e organizar-se-á o indispensável serviço de fiscalização, para verificação do índice de aproveitamento dos alunos, bem assim da capacidade de seus respectivos mestres. E tudo isso às pressas, porque vindo logo mais as eleições, é possível que o novo prefeito mude de

orientação... Eis aí mais uma prova da política eleiçoeira do chefe do Executivo municipal. Não contente com lançar a Prefeitura numa luta para a qual não estava preparada, fez mais: fez o carro andar adiante dos bois, criando escolas sem ter, atrás do professorado, uma rede de educadores dirigentes que lhe traçasse um roteiro pedagógico a ser obedecido. (OESP, 11 nov. 1956, p. 20).

Assim, o OESP finalizaria sua atuação contrária ao Ensino Primário municipal, em 1956, utilizando argumentos de Paula Lima e alegando que as medidas tomadas na derradeira da administração municipal tentavam garantir a continuidade da política municipalista pelo próximo prefeito.

O jornal tinha a expectativa de que, na eleição que aconteceria em março de 1957, o candidato udenista Francisco de Prestes Maia, que “costurava” uma sólida aliança de partidos, ganhasse a disputa. Porém, não contava com a candidatura de seu maior inimigo, o pessepista Adhemar de Barros, que venceria o pleito eleitoral e a coligação do PSP e PRP venceria também a eleição do vice-prefeito, com Cantídio Nogueira Sampaio.

Adhemar não apenas manteria a municipalização, como utilizaria argumentos a favor da proposta na campanha eleitoral.

A cobertura jornalística do *O Estado de S. Paulo* ganharia um coro de oposição ainda maior à prefeitura e ao Ensino Primário municipal no novo momento político, que se iniciaria em 1957, com a eleição de Adhemar de Barros ao cargo de prefeito.

Considerações finais

A pauta educacional historicamente teve espaço de forma heterogênea nos grandes órgãos de imprensa. Alguns jornais criam seções especiais ao assunto, outros traziam o tema dentro de circunstâncias no cotidiano, como um fato relevante que merecesse destaque.

Na década de 1950, na cidade de São Paulo, a expansão do ensino público diante de uma nova demanda emergente, garantiu grande destaque aos assuntos educacionais nos principais jornais da capital paulista. O surgimento de um fato novo, em 1956, a criação do Ensino Primário municipal, fez com que cada jornal construísse sua narrativa, sendo que alguns veículos consolidaram uma linha contrária. Em especial,

o jornal *O Estado de S. Paulo*, com uma estratégia de oposição em diferentes espaços do jornal.

O artigo procurou compreender os entrelaçamentos e distanciamentos entre a informação e opinião, dentro de seu próprio corpo documental.

O OESP construiu seu discurso sobre o surgimento do Ensino Primário municipal dentro de um posicionamento que coincidissem com sua trajetória política. Os principais mentores do jornal participaram da criação do partido União Democrática Nacional (UDN) e conciliaram pautas do órgão partidário com os interesses do jornal, tendo um posicionamento amistoso em assuntos educacionais no período em que Vicente de Paula Lima esteve à frente da pasta de Educação do governo do estado, criando uma polarização com a gestão municipal, comandada por partidos de oposição, ora PSP, ora PTB.

Assim, opinião e informação se confundiram no fazer jornalístico do órgão, tendo uma estrutura opinativa em diferentes seções do jornal, não apenas no editorial de Notas e Informações. Uma seara que, historicamente, a grande imprensa nunca teve de forma clara bem resolvida, tornando a objetividade pouco formulada, como explica Perseu Abramo:

O reino da objetividade é a informação, a notícia, a cobertura, a reportagem, a análise, assim como reino da tomada da posição era a opinião, o comentário, o artigo, o editorial. É fundamental separar e distinguir informação de opinião, indicar as diferenças de conteúdo e forma dos gêneros jornalísticos, e apresentar toda a produção jornalística ao leitor/telespectador de forma que ele perceba imediatamente o que é exposição da realidade e o que é ajuizamento de valor (ABRAMO, 2003, p. 41).

Compreendemos, ao concluir o artigo, que a análise da cobertura jornalística favorece detectar a articulação política da imprensa e a circulação das ideias na formação da opinião pública, que se nutre também de outros elementos para além do fato, para se constituir.

A imprensa paulistana apresentou a criação do Ensino Primário municipal para além do fato, sendo possível compreender os silenciamentos, posicionamentos políticos e as opções de veiculação. O jornal como um sujeito histórico, com suas diferentes estratégias de

atuação, tratou de assuntos educacionais como uma pauta corriqueira da cidade em expansão, na década de 1950.

Referências

- ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- BONTEMPI JUNIOR, Bruno. *Laerte Ramos de Carvalho e a constituição da História e Filosofia da Educação como disciplina acadêmica*. Uberlândia: EDUFU, 2015.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino* (Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”). São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista – 1920-1945*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- CARVALHO, João do Prado Ferraz de. *A campanha em defesa da escola pública em São Paulo (1960-1961)*. 2003. Tese (Doutorado) – PUC/SP, São Paulo, 2003.
- CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*, São Paulo, n.35, p. 253-270, 2007.
- LARIZZATTI, Dóris Sathler de Souza. *A luz dos olhos de um povo: os projetos de educação do jornal O Estado de S. Paulo. 1920-1934*. 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC/SP, 1999.
- MASCARO, Carlos Correa. O município de São Paulo e o ensino primário. *Boletim n. 211*, Administração Escolar e Educação Comparada, FFCL-USP, 1960.
- MUSTAPHA, Samir Ahmad dos Santos. *A voz do dono e o dono da voz: o jornal O Estado de S. Paulo e a criação do ensino primário municipal na capital paulistana (1956-1960)*. 2019. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.
- ROMERO, Rosana Aparecida Silva. *Escola Municipal: a rede de ensino da capital paulista em revista (1968-1985)*. 2016. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: Educação: História, Política, Sociedade, 2016.
- SPÓSITO, Marília Pontes. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1984.

FONTES:

O Estado de S. Paulo

Demagogia com o ensino. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*, p. 7, 4 de setembro de 1956.

O carro adiante dos bois. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*, p. 20, 11 de novembro de 1956.

O sacrifício do ensino. Notícias Diversas. *O Estado de S. Paulo*, p. 8, 18 de outubro de 1956.

Última Hora

Estado e município disputam o direito de manter escolas. *Última Hora*, 10 de agosto de 1956, p. 6.

Jornais consultados:

A Gazeta

Correio Paulistano

Diário de S. Paulo

Folha da Manhã

Folha da Noite

